



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Guarda-Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

Data: 02/03/2017

Horário: 8:30

1 Aos dois dias do mês de março de 2017 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente no Auditório da Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e aguardado
3 o tempo de espera para a segunda convocação, Magali dá início a reunião com apresentação dos presentes. Em
4 seguida fez a leitura da lista de presença para identificar os conselheiros governamentais e não governamentais
5 presentes. Magali alertou a baixa participação dos conselheiros governamentais e a necessidade de conscientizar
6 a sociedade civil quanto a importância do conselho, porque não sabem o que é política pública. Quando as
7 diretoria tem essa compreensão do que é política pública passam a compreender a representação no conselho e
8 seu papel de luta na proteção à criança e adolescente. Neusa lembrou da necessidade do conselho elaborar a
9 política de atenção a criança e adolescente. Que há a necessidade de formar uma comissão com a representação
10 de todas as áreas para essa construção. Magali lembrou que a gestão anterior não reconheceu este conselho, que o
11 prefeito não deu posse ao conselho e não priorizou a área da criança e adolescente. Magali sugeriu para a
12 próxima reunião da mesa diretora realizar essa discussão e pautar na próxima reunião ordinária do conselho. Em
13 seguida apresentou a **Pauta Única: 1.Ocupação no residencial do Conjunto Flores do Campo**. Magali
14 resgatou a fala da assistente social do Cepas sobre as dificuldades das famílias no Flores do Campo, na última
15 reunião. Passou a palavra para a moradora do Flores do Campo. Segundo a moradora Luciane as dificuldades são
16 a distância dos colégios, que as escolas não querem receber as crianças, algumas chegam suadas, sujas e os
17 professores reclamam com os pais. Os pais tentam argumentar da distância, do sol quente, do barro, mais
18 continuam sofrendo com a retaliação dos professores e as crianças sofrem porque os amiguinhos acabam
19 debochando dos mesmos. A outra moradora Marília disse ser necessário uma condução para levar as crianças
20 para minimizar o problema, posto que caminham 1h25 minutos a pé, com sol ou chuva. A situação de saúde
21 também está complicada, também enfrentam descaso dos serviços de saúde. Lembrou que a escola é direito da
22 criança e também é direito ser bem tratada. Que a filha chora para ir na escola, porque é olhada diferente, os
23 amigos tratam diferente dizendo que é criança de favela, e fazem isso porque os adultos da escola tratam
24 diferente. Disse ainda que começaram a desenvolver um espaço parecido com uma creche num barracão para
25 atender as crianças. Segunda feira começa o projeto, terá aulas de música, estudo bíblico, Biblioteca. A técnica –
26 psicóloga Simone do CRAS informou que há muita dificuldade para as famílias encontrarem vagas na escolas da
27 região. Muitas são famílias de outros municípios e ou da própria região. Além disso, ficarem ociosos no
28 contraturno traz desproteção e não há vagas nos serviços de convivência. Edna lembrou que a educação não dá
29 conta, a assistência social também não, enfim, nenhuma política dará conta. Que as famílias estão distante, é um
30 carreador para chegar ao empreendimento. Edna lembrou que são casas e apartamentos, não estão terminadas, há
31 erosões nas ruas. O ônibus passam muito longe, retiraram a coleta de lixo do local e o mau cheiro está
32 insuportável. A moradora disse que houve uma reunião com o prefeito e este informou que não é possível
33 permanecerem no local, que serão retirados do local para um lote. Fabio da defensoria disse da necessidade de
34 fazer uma reunião com a comunidade para conhecer a situação e como a defensoria pode intervir. Amanda
35 reforçou a necessidade desse diálogo com a defensoria. A Eliane Cavallari da AMPAS disse que poderia verificar
36 a possibilidade de algumas vagas. Disse que devido à dificuldade das famílias com a higiene devido à falta de
37 água, surgiu uma doença de pele. As crianças chegam sujas, precisam de banho e alimentação e a situação em
38 que estão vivendo é crítica. Fabiane, conselheira da região norte disse que os conselheiros tutelares não podem
39 entrar no local, estão proibidos na portaria. Nádia disse que estamos enquanto conselheiros que chamar os
40 responsáveis pelo empreendimento, a Caixa e a Cohapar, eles tem que apresentar dados de como está a situação
41 atual no local. Que tem mais de mil famílias no local e que o dono do empreendimento tem que dar uma
42 explicação, com dados com quantas crianças, quantas famílias estão lá e qual a situação dessas famílias. O
43 empreendimento está parado há um ano e sete meses. Lembrou que são muitas famílias inclusive vindo de fora
44 do município. Magali lembrou que o conselho acionará o Ministério Público a Cohapar e a Caixa para que

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

45 apresentem uma plano para o enfrentamento da situação. Josiane disse que tem definições que são da prefeitura e
46 desses outros órgãos que podem, inclusive não agradar a comunidade do empreendimento e outra são os
47 cuidados paliativos para atender as famílias enquanto política pública. Lembrou da importância do conselho
48 tutelar conseguir acessar o local em conjunto com as demais políticas públicas. Simone lembrou que começaram
49 a se instalar no local um pouco antes das eleições. Que na época acionaram a Secretária de Assistência social,
50 porque tinham a informação da forte presença do tráfico. Naquele momento a secretária tomou a decisão de não
51 entrar na comunidade e atendê-los no CRAS. Muitas famílias não tinham cadastro único, estão sendo
52 cadastrados. Em contato com a Cohab, ela informou que é responsabilidade da Caixa. Que a Cohab só tem a
53 responsabilidade com a indicação das famílias que vão ter acesso a moradia. Irineu lembrou do empreendimento
54 do Vista Bela, que as famílias foram colocadas no Vista Bela sem infraestrutura nenhuma. Ele lembrou que as
55 famílias não tem pra onde ir, que provavelmente não vão sair, que se houver a reintegração de posse poderá ser
56 muito complicado. Que as demandas para creche já ampliou muito, como exemplo da AMPAS que inicialmente
57 era de 170 e agora é de 200. Denise lembrou que não se pode tirar o foco que as demandas são gigantescas, que
58 tem questões da esfera política que vão demandas outras ações, porém tem demandas urgentes, que se referem ao
59 sofrimento das crianças e a necessidade de acolhida dessas crianças, de orientação nos serviços, essas são
60 demandas críticas e urgentes que precisam ser enfrentadas para que evitar esse dano emocional que as pessoas
61 que lá vivem estão sofrendo. Eliane Cavalari lembrou que para acesso a creche tem que ser feito um cadastro na
62 super creche, que as pessoas que estão no empreendimento não tem dinheiro para ir até o centro para fazer esse
63 cadastro, não possuem dinheiro para o transporte. Ao invés de descentralizar, centralizaram o atendimento.
64 Alexandra lembrou que quando surgiram as demandas do Vista Bela, algumas estratégias foram definidas como
65 transporte para as crianças, o levantamento e garantia de vagas para as crianças nas escolas do município,
66 garantindo o acesso a educação. Lembrou que é necessário que o Ministério Público participe efetivamente
67 dessas discussões. Que o conselho tem que acompanhar esse processo e mobilizar os agentes vinculados ao
68 enfrentamento da situação. Que enquanto a situação não se regulariza, as políticas públicas e órgãos sejam
69 acionados para apresentar sua proposta. Jaqueline, do Núcleo de Educação disse que enquanto educação estadual
70 vão precisar atuar rápido sobre as situações nas escolas, de sofrimento das crianças, quais escolas são, quantos
71 adolescentes estão fora da escola. Magali propôs como encaminhamento, uma reunião entre os órgãos para juntos
72 pensarmos ações conjuntas – Ministério Público, Educação municipal, estadual, Cohapar, Caixa Econômica
73 Federal, Saúde, Assistência Social. Que o mapeamento das crianças com direitos violados será feito pelo
74 conselho tutelar. A reunião será para elaborar um plano. Adriana Barroso, lembrou que é preciso considerar as
75 pessoas que estão aguardando essas casas. Nádia propôs que seja elaborado um ofício para a Caixa Econômica
76 Federal questionando sobre a situação do empreendimento e que medidas estão sendo adotadas para o
77 enfrentamento da situação. A Comissão foi composta pelos representantes: Magali, Claudio, Irineu, Nádia.
78 Alexandra lembrou que o papel do conselho é a garantia do direito das crianças e adolescentes. Encerrado esse
79 ponto de pauta, passou-se aos informes: Magali questionou sobre a situação das matrículas de adolescentes no
80 ensino médio, que recebeu informações dos adolescentes da entidade que não há mais o período matutino para o
81 ensino médio. Jaqueline sugeriu que seja feito um ofício ao Núcleo regional para que se manifestem, com cópia
82 para ela. Passou-se para o relato das Comissões. Comissão de Cadastro: Alexandra relatou sobre o cadastro da
83 entidade Trilhas do Afeto, que o parecer da Comissão é que não está previsto no Estatuto da Criança e
84 Adolescentes a modalidade de atendimento da instituição, é um grupo de estudo que trabalha com palestra para
85 famílias que estão aptas para adotar, o parecer é pela não concessão da inscrição. Foi colocado em votação e por
86 maioria absoluta foi pela não concessão nesse momento, por não estar dentro dos parâmetros legais do Estatuto
87 da Criança e adolescente e demais regulações afetas. Processo da AMPAS, que fica no Conjunto Aquiles, que a
88 instituição atua com educação infantil, que está sobrevivendo com dificuldades, mais que está adequado dentro
89 das condições financeiras que possuem. Alexandra lembrou que o atendimento parcial não é bom para a entidade
90 prestadora do serviço nem para as famílias atendidas. Que o conselho tem que se posicionar e exigir da Educação
91 uma proposta que seja inclusiva. Carla, conselheira tutelar lembrou que a Central de Vagas é necessária para
92 fazer o levantamento, posto que as listas existentes nas escolas não se conversam, ou seja, a secretaria não sabe

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

93 quantas crianças estão fora da escola. A central de vagas poderá organizar isso, para ter um mapeamento efetivo.
94 Juliana, conselheira tutelar informou que as vagas prometidas pela educação de aproximadamente três mil não é
95 real, que existem aproximadamente 500 vagas de atendimento integral e 500 de atendimento parcial. Fábio
96 lembrou que depois de instalado essa proposta de atendimento parcial, a secretaria de educação já conseguiu criar
97 700 vagas de atendimento integral. Neusa sugeriu que utilizasse os dados da Saúde quanto as crianças nascidas
98 no município e os dados da AGESP para estimar mensalmente a necessidade de vagas para Centros de Educação
99 Infantil. Eliane do AMPAS disse que até o ano passado atendiam 182 crianças, em período integral, que essa
100 modalidade é o ideal para a organização das atividades. Que o atendimento parcial dificulta inclusive a
101 organização das rotinas das crianças e da entidade. As crianças não estão dormindo o suficiente. As mães deixam
102 a criança as sete e meia e tem dificuldade de buscar a criança. Falou das dificuldades e luta diária para melhorar a
103 estrutura, buscando doações na comunidade. Que há um esforço para buscar garantir o melhor atendimento para
104 as crianças. Irineu lembrou que a secretária de educação prometeu numa entrevista que a mesma alimentação que
105 as crianças das unidades públicas receberem serão garantidas para as entidades. Trata-se de uma promessa,
106 porque as entidades recebem alguns produtos, porém em alguns momentos recebem margarina, mais não
107 recebem pão, recebem fermento porém não recebem farinha. Eliane lembrou que a lista de espera da sua entidade
108 é de cento e quarenta crianças. Alexandra retornou a discussão da concessão de inscrição, manifestando parecer
109 favorável, o que foi aprovado por todos. Edina do CRAS, lembrou que a defensoria participou da definição da
110 proposta da educação infantil parcial, o que é preocupante e que a retomada dessa discussão, porque não deu
111 certo, precisa ter a participação ativa da defensoria. Alexandra disse que há outros processos, que a comissão está
112 trabalhando para agilizar. Encerrado o relato de comissões, Alexandra informou que o CEDCA deliberou dezoito
113 milhões para construção, reforma, quatorze milhões, duzentos e cinco mil reais com a finalidade de compra de
114 veículo, sendo até cem mil por entidades, foram deliberados ainda seis milhões para entidades que atuam com
115 pessoa com deficiência, os projetos por entidade poderão ser de até cento e vinte mil. Com relação aos recursos
116 para construção da sede do conselho tutelar, Alexandra informou que o projeto de engenharia precisam de
117 adequação, além disso, os recursos disponíveis foram apropriados pelo governo e estão sendo devolvidos de
118 forma parcelada. A secretaria de educação enviou um ofício solicitando representante do conselho para participar
119 de um Comitê de Práticas Restaurativas, Magali sugeriu a indicação do representante da educação no conselho
120 que não está presente. Mirko pediu informação sobre o projeto de lei do Conselho Tutelares. Mirko informou que
121 em junho haverá o Congresso de Conselho o CONGRESSU, que quer que conste em ata o pedido de recursos
122 para participação dos conselheiros, que o conselho deve deliberar e caso não aprove que tomarão as medidas
123 junto ao Ministério Público. Magali lembrou que o conselho tem atribuição de debater e deliberar, cumprindo seu
124 papel e considerando a relevância do evento. Lembrou que deve ser cumprido os trâmites, de prazo, ofício e
125 outros. Nada mais a tratar, eu Adriana Aparecida dos Santos, redigi e lavrei a presente ata.